

Grupos de mulheres, mães e familiares contra a violência: cartografia de suas movimentações na cidade de Fortaleza/Ceará

Groups of women, mothers and families against violence: cartography of their movements in the city of Fortaleza/Ceará

Patrícia Marciano de Assis; João Paulo Pereira Barros

Universidade Federal do Ceará

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo cartografar as ações e articulações de dois grupos de mulheres, mães e familiares de jovens assassinados ou privados de liberdade nos centros socioeducativos do Ceará. O estudo foi construído por meio de uma pesquisa-intervenção. O objetivo foi acompanhar as movimentações dessas mulheres-mães na cidade de Fortaleza, a partir do método cartográfico, ressaltando o grupo enquanto dispositivo. Dialogando com autores da Psicologia Social e os debates acerca da necropolítica, acompanhamos ainda o agenciamento de outros dois dispositivos, de escuta e de mobilização social e política, enquanto estratégias de apoio psicossocial e luta política. Buscamos evidenciar o papel da psicologia em organizações da sociedade civil e seu potencial de fazer funcionar e fortalecer a atenção psicossocial através do agenciamento de dispositivos grupais, de escuta e de mobilização política e social, pautando a saúde mental e o cuidado de si e do outro como político.

Palavras-chave: cartografia; dispositivo; Grupo de Mães.

ABSTRACT:

This article aims to cartography the actions and articulations of two groups of women, mothers and relatives of young people murdered or deprived of their liberty in the socio-educational centers of Ceará. The study was constructed through an intervention research. The objective was to follow the movements of these women-mothers in the city of Fortaleza, using the cartographic method, emphasizing the group as a device. In dialogue with authors from Social Psychology and the debates about the necropolitics, we also monitor the agency of two other devices, of listening and social and political mobilization, as strategies of psychosocial support and political struggle. Evidencing the role of psychology in civil society organizations and its potential to make psychosocial care work and strengthen through the organization of group devices, listening and political and social mobilization, guiding mental health and the care of oneself and the other as political.

Key-words: cartography; device; Group of Mothers.

DOI: 10.12957/mnemosine.2022.66382

Introdução

O objetivo deste texto é cartografar ações e articulações de dois grupos de mulheres, mães e familiares que tiveram seus filhos assassinados ou encarcerados, grupos esses que foram acompanhados em seus encontros grupais e em suas movimentações de luta política para reparação e garantia dos direitos juvenis à vida, à memória e à justiça na cidade de Fortaleza.

O contexto de violência no Estado do Ceará apresenta, desde 2017, uma escalada da violência letal institucional nos territórios e nos centros socioeducativos, em contraposição à queda do orçamento da assistência social (CEDECA CEARÁ, 2019). Conforme o Fórum Permanente de Organizações Não Governamentais de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes do Ceará (Fórum DCA), entre novembro de 2017 e junho de 2018 ocorreram sete (7) mortes de adolescentes privados de liberdade no âmbito das Unidades de Internação do Estado. O número de homicídios de jovens entre 13 e 18 anos no Ceará, de 2014 até 2019, chegou à cifra de 4.287, sendo 4.518 em todo o Estado, período que representa também uma elevação das mortes por intervenção policial (434,15%) e de vítimas com menos de 15 anos (triplicou o número de jovens vítimas de violência) (CADA VIDA IMPORTA, 2019).

Ao lado do recrudescimento do estado punitivo-penal e dos agenciamentos necrobiopolíticos¹ na sociedade contemporânea neoliberal, um grupo de organizações da sociedade civil tem acionado a agenda dos direitos humanos (BENTO, 2018; BUTLER, 2018; WACQUANT, 2012; MBEMBE, 2016). No Brasil, temos vários casos de grupos de mães e familiares organizados politicamente após chacinas operadas por agentes do Estado, levando movimentos a falar em “A Era das Chacinas”, inaugurada com a Chacina de Acari, em 1990 (MOVIMENTO MÃES DE MAIO, 2011, p. 19; BRITES & FONSECA, 2013; KOLKER, 2018; SANTIAGO, 2019). Um dos casos mais emblemáticos da história recente do país é o Movimento Mães de Maio, surgido após os crimes de maio de 2006 (MOVIMENTO MÃES DE MAIO, 2011), cujas reverberações na organização de movimentos sociais e da sociedade civil, assim como das políticas públicas se tornam cada vez mais evidentes (BRITES & FONSECA, 2013), diante da criação de espaços de defesa e afirmação da vida dentro do próprio Estado que mata e aprisiona.

As chacinas são uma das faces mais alarmantes do genocídio da população negra, jovem e periférica, fruto do crescente índice de pessoas assassinadas, muitas das quais vítimas da violência policial - configurações que denunciam, a um só tempo, o caráter histórico da violência institucionalizada e seus efeitos na memória coletiva e nos processos de subjetivação contemporâneos (RAUTER, 2001; KOLKER, 2018; RODRIGUES, 2019). A outra face é a da luta contra a lógica do encarceramento em massa e seu impacto na privação de liberdade de adolescentes no país, visível na ausência de cumprimento das leis que operacionalizam as medidas socioeducativas (CUNHA & MENEZES, 2019), a partir da qual também surgiram organizações de mães de adolescentes do sistema socioeducativo contra as condições de maus tratos dos adolescentes e em favor de condições dignas, de convívio familiar e comunitário e respeito aos marcos legais da política socioeducativa (MOTTA, 2019).

Se esse cenário explicita políticas de segurança controversas para uma democracia, em que se mesclam genocídio, extermínio e aprisionamento da juventude pobre, negra e periferizada, também evidencia, através das movimentações da sociedade civil, dispositivos coletivos de luta e resistência às lógicas punitivo-penais, provenientes de populações historicamente silenciadas em suas demandas e alvo dessas políticas. Contra as políticas de segurança necropolíticas, evidentes na violência institucional, elas reivindicam a proteção social e garantia do Estado de direito, pressuposto na democracia e garantido por lei. Tais dispositivos tensionam o campo de forças em diversas áreas, notadamente questionando as facetas atuais da violência urbana e segurança pública que restringem direitos básicos e universais, produzindo novos territórios de existência e transformação social.

Se antes de 2015 era possível falar em mães que não possuíam uma organização política no Ceará, mas organizavam-se em redes de solidariedade e tensão cotidianamente em torno do assassinato de seus filhos, ou cometido por estes (RODRIGUES & SÁ, 2015), depois da Chacina do Curió, ocorrida na madrugada do dia 12 de novembro do referido ano, na região da Grande Messejana em Fortaleza, que resultou na morte de onze pessoas, oito com idade entre 16 e 19 anos, outras são as configurações e organizações que as mães e familiares assumem no Estado cearense em suas lutas e lutos (Cf. RODRIGUES, 2019). Inclusive contam com a adesão de mulheres que tiveram seus filhos mortos antes do ocorrido. Com relação ao grupo de mães do socioeducativo, cujo surgimento está ligado a um projeto do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará (CEDECA Ceará), iniciado em 2013, ele foi efetivado como tal igualmente no

supracitado ano, marcado pela crise do sistema socioeducativo cearense, caracterizado pela “superlotação, rebeliões, denúncias de agressões contra os jovens internos, falta de material de higiene e falta de alimentação” (LEITE, 2018: 14). A crise resultou na morte de um adolescente de um dos centros de internação, no dia 6 de novembro de 2015, e cinco outras mortes nos anos que se seguiram, inclusive filhos de mães que participavam do grupo Vozes de Mães do Socioeducativo e Prisional (LEITE, 2018: 14).

O uso da identidade social “mãe” assume contornos políticos evidentes, quando consideramos a atual política social centrada na família (MOTTA, 2019). Numa recusa do lugar estático de “mulheres donas de casa que cuidam dos filhos”, elas questionam por que o Estado não as deixa ser as mães que foram “criadas” para ser, ao mesmo tempo que tensionam o campo do ser mãe quando se apresentam como “mães sem filho”, “mães de filhos que o Estado aprisionou” ou “mães de filhos que o Estado matou” em suas múltiplas movimentações pela cidade (DIÁRIO DE CAMPO, 2019). Como salientou Motta (2019: 288), a figura materna — também denominada “Mães em Luta” — é o ator principal de lutas políticas que marcam a politização da maternidade em sua intersecção com os movimentos sociais a partir de 1990 no Brasil, assim como evidencia as complexas relações de poder que se estabelecem entre gênero e Estado (SANTIAGO, 2019; FARIAS, 2020). Rompendo universalismos e produzindo singularidades e diferenças nos discursos identitários, entendendo-se aqui que “singularizar é afirmar a potência, o sentido positivo da ruptura, a criação de outros modos de existências pela experimentação”, o que elas fazem micropoliticamente é criar condições para “romper com os modos de subjetivação capitalísticos” (CORRÊA, 2006: 37). Ou seja, tais estratégias de nomeação atuam na produção de outras histórias e memórias que não aquelas que visam à afirmação do Estado, ou da centralidade da família dentro deste, mas que, intempestivamente, criam fissuras nos lugares dados de antemão macropoliticamente.

Ademais, é importante destacar esses elementos, pois, como salientaram Rodrigues e Barros (2019: 183) após revisão sistemática da literatura sobre familiares de jovens assassinados, há “certa carência dos estudos do campo da psicologia, aqui analisados, em enfatizar o sofrimento dessas famílias em seu caráter político e coletivo”, tendo em vista que “o foco de suas análises se mantém nas narrativas de seus sofrimentos, vivências do luto, mudanças de papéis na família e na comunidade”. Não obstante, no mesmo levantamento, os autores encontraram múltiplas referências acerca da importância

das manifestações dos familiares por meio da “formação de movimentos políticos, grupos com pautas de reivindicação, falas em público, críticas às autoridades e organização de debates públicos” (RODRIGUES & BARROS, 2019: 183). De modo que os mesmos funcionam como rede de solidariedade e de posicionamento político, bem como auxiliam dando um sentido coletivo para seu luto individual, evidenciando o sentido político do sofrimento de familiares de jovens assassinados (RODRIGUES & BARROS, 2019: 183).

É, portanto, dos aspectos políticos desses sofrimentos e da importância dos dispositivos grupais que o presente artigo trata, nos termos propostos por Barros (1997), retirando a atenção das “narrativas de seus sofrimentos, vivências do luto, mudanças de papéis na família e na comunidade” para o campo de lutas e resistências que traçam em suas movimentações coletivas e no coletivo da capital cearense (RODRIGUES & BARROS, 2019: 183). Mais do que se apresentarem como “mães que sofrem” e “mães de filhos privados de liberdade” ou “assassinados”, essas mulheres produzem cotidianamente múltiplas formas de expressão, construindo, em seu lutar, atualizações constantes não só nos seus modos de ser e estar no mundo, mas do ser e estar em grupo, no coletivo, o que aciona máquinas de guerra contra o próprio Estado e produz fissuras nas identidades que tentam fixá-las (DELEUZE & GUATTARI, 2012).

Método

Tratou-se de uma pesquisa-intervenção, em parceria entre o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA Ceará) e o Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES), ligado ao Departamento de Psicologia e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Realizada entre os meses de julho e dezembro de 2019, a pesquisa acompanhou, a partir de sua inserção no CEDECA, as ações de dois grupos de mães de jovens assassinados e/ou privados de liberdade nos centros socioeducativos no Estado do Ceará.

A pesquisa-intervenção se deu a partir do método da cartografia, que consistiu em acompanhar as ações e os processos de mobilização dos dois grupos de mães, em seus movimentos e indefinições, olhando para a macro e a micropolítica e apostando na experimentação com os grupos, cujas ações são minoritárias, no “acompanhamento de percursos, implicação em processos de produção, conexão de redes ou rizomas” (PASSOS et al., 2015: 10). Em diálogo com o método de pesquisa-inter(in)venção que embarça a suposta distinção entre sujeito do conhecimento e objeto de estudo, foi

possível considerar o coletivo de forças como o próprio plano de experiência cartográfica, sobretudo na relação entre sujeitos, grupos e instituições (TEDESCO et al., 2013; PASSOS et al., 2015; MENEZES et al., 2018; KOLKER, 2018). Isso sem desconsiderar que, como a bibliografia sugere, as relações entre o contexto social do luto, as emoções na vida pública e os efeitos psicossociais no cotidiano dessas pessoas vítimas de violência podem engendrar relações de poder e resistência (RODRIGUES & SÁ, 2015; KOLKER, 2018; RODRIGUES & BARROS, 2019; SANTIAGO, 2019).

Refletir sobre a possibilidade e existência de aliançamentos coletivos que produzem políticas outras de segurança pública, diante do contexto de ampliação dos mecanismos que sustentam a necropolítica no Ceará — uma necropolítica à brasileira (RECH, 2012; BARROS et al. 2019a; BARROS et al., 2019b) —, significou questionar: que agenciamentos elas produzem e têm produzido no atual contexto? Como atualizam suas histórias e as de seus filhos? Quais movimentos são produzidos em suas andanças? E que territórios virtualmente atualizam com tais ações e movimentações? Essas são algumas das questões que estão no horizonte de nossas reflexões.

O local do Estudo: Centro de Defesa da Criança e do Adolescente - CEDECA Ceará

O CEDECA Ceará², localizado na cidade de Fortaleza, é uma associação civil sem fins lucrativos, composta por pessoas da sociedade civil e instituições associadas. Fundado em 1994, tem como missão a defesa jurídico-social de crianças e adolescentes, especialmente quando violados pela ação ou omissão do Poder Público. Visa ao exercício integral e universal dos direitos humanos, principalmente mediante promoção e fomento de ações em direção à garantia dos direitos, à participação e à educação, bem como o enfrentamento à violência institucional e à violência sexual.

Apesar de atuar diretamente com pessoas vítimas de violência e em situação de violação de direitos, somente em 2018 esse Centro passou a contar com uma profissional da área de psicologia e duas estagiárias, numa situação em que muitas das pessoas atendidas apresentavam questões ligadas à saúde mental e somente nesse espaço institucional encontravam o acompanhamento psicossocial necessário, dadas as dificuldades de acionar a rede de atenção local. Ainda que a sua proposta não tenha sido a substituição das políticas públicas do Estado, cada vez mais passou a entender a necessidade de que ações precisavam ser feitas nessa direção, sobretudo diante da

profunda precarização dos serviços públicos e da urgência de pautar a garantia de direitos à saúde em geral, e a saúde mental em específico.

Participantes da pesquisa

Cada grupo contém um número variado de pessoas que participam ativamente das reuniões e demais atividades, mas, no geral, variam de 3 a 5 do grupo Curió; e de 4 a 8 do Coletivo Vozes de Mães e Familiares do Socioeducativo e Prisional. As pessoas que constituem os grupos de mães e familiares vítimas da violência institucional podem ser caracterizadas por serem moradoras de diferentes bairros periféricos da cidade de Fortaleza, compostos majoritariamente por mulheres, mães, avós e companheiras, jovens adultas, entre 25 e 40 anos, negras e pobres; ademais, muitas são mães solas, solteiras ou com companheiros, e constituem-se nas únicas promotoras de direitos dos seus filhos, juntamente com outras mulheres que lutam cotidianamente para a defesa de direitos, memória, justiça e reparação (informações acessadas em campo).

Estratégias cartográficas

Já que “na esquizoanálise não se representa nada, engendra-se e percorre-se” (CORRÊA, 2006, p. 39), resolvemos acompanhar, ao longo desses meses, as múltiplas ações desenvolvidas por estes dois grupos de mulheres que tiveram filhos assassinados e/ou que tiveram seus filhos, maridos e/ou parceiros aprisionados nos sistemas socioeducativo e/ou prisional, acompanhados pela instituição. Além das reuniões de organização dos próprios grupos, as ações desenvolvidas por elas estiveram ligadas às gravações para a Exposição Nomes³, a participação na Marcha da Periferia⁴ e as Pré-Conferências Populares de Segurança Pública⁵ – estas três ligadas às ações de incidência do Fórum de Popular de Segurança Pública do Ceará (FPSP Ceará)⁶ –, bem como dos preparativos para o V Encontro Nacional de Mães Vítimas da Violência do Estado⁷, a construção de um momento de autocuidado e da dinâmica de finalização do Curso de Formação sobre a organização de um dos grupos.

Do ponto de vista teórico, partimos das reflexões provenientes da esquizoanálise de Deleuze e Guattari (2012), porque eles relacionam clínica e política, sem dicotomizar indivíduo e coletivo, propiciando reflexões sobre o uso de dispositivos de memória, subjetivação e resistência, além de enfatizar o papel da arte e do afeto para a produção de processos de singularização e o agenciamento de máquinas de guerra nesse cenário de violência necropolítica e racismo estrutural⁸. Como Barros (1997: 99) ressaltou,

qualquer dispositivo [agência] quatro tipos de linha: a de visibilidade, a de enunciação, a de força e a de subjetivação. Essas linhas criam campos de visibilidade e dizibilidade que conformam em cada momento estratos e molaridades num dado campo de forças e formação social, mas também podem agenciar outras histórias e modos de sentir, perceber e dizer, quando sabemos extrair delas variações nas rachaduras que produzem com seus 'atos-cortes-de-fluxos' (BARROS, 1997: 101).

Selecionamos como material para esta análise os diários de campo da pesquisadora, as atas das reuniões realizadas com ambos os grupos, os documentos produzidos nesses encontros e a bibliografia que serviu de base para pensar clínica e política (DELEUZE & GUATTARI, 2012). Ademais, foi possível mapear as diferentes instituições com as quais o CEDECA realizou ações, de modo que as atividades do plano de estágio circunscreveram-se em torno de três grandes dispositivos, os quais estão separados apenas por questões didáticas, já que suas conexões e ações são rizomáticas e extrapolam, em grande medida, qualquer captura, indo além dos sujeitos e da instituição. Inclusive, além de possuir uma parceria anterior com o Vieses, que possibilitou nosso estágio, também tivemos contato com algumas dessas mães fora dos espaços institucionais e antes do início do estágio, especificamente através de um dos projetos de extensão deste grupo de pesquisa, intitulado EntreTantos⁹, no qual acompanhamos as reuniões do Fórum, responsável por boa parte das atividades desenvolvidas por ambos os grupos e aqui cartografadas.

Resultados e discussão

Usar as atividades experienciadas no estágio em Psicologia para cartografar as ações e articulações dos grupos de mães vítimas de terrorismo do Estado¹⁰ significou seguir seus percursos e traçados, acompanhando as pistas dessa caminhada, sem partir de distinções entre o que seria próprio da clínica ou da política, já que ambos articularam-se em diferentes dispositivos de enfrentamento à violência e ao racismo estrutural. Considerando os atravessamentos e os jogos de forças que caracterizaram a atuação desses grupos de mulheres num contexto punitivo-penal que agencia necropolíticas no plano macro que intensificam as mortes e o encarceramento de adolescentes e jovens, principalmente pretos e pobres (RODRIGUES & SÁ, 2015; KOLKER, 2018; RODRIGUES & BARROS, 2019), bem como a escolha ético-estética e política de considerar as micropolíticas e linhas de fuga que também incidem nos processos de articulação desses grupos, optamos por separar suas ações a partir de três dispositivos que

configuram o plano no qual se constituem suas lutas por direito, memória, justiça e reparação.

Começando pelas reuniões ocorridas durante os seis meses de estágio, os debates dos grupos giraram em torno das mobilizações, denúncias pela garantia de direitos de adolescentes e jovens em Fortaleza, bem como o engajamento nas atividades de luta das organizações da sociedade civil e movimentos sociais — os quais evidenciaram os aliançamentos que elas estabeleceram em redes locais e nacionais de enfrentamento à violência letal e aos encarceramentos em massa acionados macropoliticamente não só na capital, mas no país como um todo. Desta feita, ao observar os movimentos rizomáticos delas, vimos que as reuniões constituíram-se e configuraram boa parte da dinâmica cotidiana de ambos os grupos, os quais também estavam em constante contato por meio das redes sociais, especialmente nos grupos de *Whatsapp* e *Signal*.

V Encontro Nacional de Mães e Vítimas de Violência do Estado, autocuidado e formação: o grupo como dispositivo

As reuniões foram frequentes e tiveram como pauta as diferentes frentes de ações propostas para um ou ambos os grupos, ou feitas por eles mesmos, sobretudo aquelas provenientes de convites de outros segmentos da sociedade civil. Dentre elas, destacamos aquelas que foram feitas no âmbito da construção do V Encontro Nacional de Mães e Vítimas da Violência do Estado, a construção de um momento de autocuidado e da dinâmica de finalização do Curso de Formação sobre a organização do grupo Coletivo de Vozes de Mães e Familiares do Sistema Socioeducativo e Prisional.

A primeira foi a grande atividade, acompanhada por nós desde agosto, mas que se estendeu até o final do ano, reunindo de forma direta os dois grupos acompanhados pelo CEDECA Ceará. Também foi o espaço onde elas tanto começaram a pensar a necessidade de construir uma rede de mães unificadas no Estado, quanto passaram a pautar a necessidade constante de ampliar e garantir a manutenção do diálogo com grupos de mães de outros Estados brasileiros. Apesar de estarem em ação em Fortaleza, respectivamente desde 2013 e 2015, tanto o grupo Vozes quanto o Movimento Mães do Curió compartilhavam somente ações pontuais, como o ato “Travessia: Mães em luta pela vida e liberdade nas periferias”, ocorrido no mês de maio como contraponto às comemorações do dia das mães, e as outras edições deste evento. Além do acompanhamento de ambos os grupos realizado pela equipe do CEDECA, a ocorrência de mortes no socioeducativo também foi um fator de unificação, tendo em vista que, além da defesa dos direitos e da

vida dos adolescentes e jovens em privação de liberdade, algumas mães do Vozes passaram a levantar a bandeira da memória e justiça.

Os objetivos pautados para essa edição foram a necessidade de sensibilizar a sociedade, o Poder Público e as demais autoridades para as pautas do socioeducativo e do Curió, problematizando o contexto das múltiplas violências do Estado, mas também de criar espaço para o fortalecimento e troca entre movimentos sociais, organizados ou não. Já os resultados esperados eram: a unificação e responsabilização do Estado e reparação dos direitos; o posicionamento, respeito e resposta do poder público acerca dessas violências; a potencialização dos movimentos e grupos; a incidência na construção de políticas públicas; atrair novas pessoas para fortalecer a rede. Nesses agenciamentos, foi possível acompanhar linhas de visibilidades e dizibilidade que visavam produzir variações nos discursos hegemônicos e necropolíticos em termos de segurança e políticas públicas para a juventude cearense (BARROS, 1997; KOLKER, 2018). Não só através da convocação do Estado para garantir políticas sociais e reparatorias, mas também da assunção do compromisso com uma outra segurança pública, mediante a abertura à participação coletiva dos grupos da sociedade civil aí articulados.

A estratégia de aliançamento e das assembleias era evidenciada em cada fase do planejamento desse espaço, assim como a pauta das desigualdades regionais (BUTLER, 2018). Sobre a realização do V Encontro ocorrer em Fortaleza, uma delas ressaltou “A importância de ser no Ceará, falamos muito para a [sociedade] civil, vêm outras mães, espero potência, dar mais fortalecimento, porque a gente sempre grita as dores do Sul [e] o Nordeste precisa ser mais visto, nossas dores”; e outra completou: “com o Sul vindo pra cá, não vai ser só a nossa voz, a presença dele [vem] fortalecendo a nossa [luta], eles vindo pra cá vai ter um impacto maior para as autoridades, eles estão meio surdos para nossas vozes, não estando nos escutando, ou fazendo ouvido de mercador” (DIÁRIO DE CAMPO, 2019). Ademais, várias delas concordaram no sentido de que o evento, apesar de trazer apreensões quanto ao quesito segurança para as participantes, evidenciava que várias eram as expectativas: “[nós] não estamos sozinhas”, “vai chamar atenção não só das autoridades, mas das [outras] mães [que ficaram fora dos outros eventos] também, quem sabe vai entrar mais gente [nos grupos]” e “até o governador sabe que a gente foi pra lá [também]” (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

Dentre as ações realizadas na construção do evento estavam a divisão das mães em comissões, a construção e discussão de projetos tanto de financiamento do evento

quanto de assessoria de comunicação; e o lançamento da Carta-Convite para as entidades, coletivos e movimentos sociais parceiros e apoiadores. O compartilhamento de experiências, o direito à fala e à escuta, não sem conflitos, e o comprometimento com as ações das comissões são alguns dos aspectos que podemos destacar acerca desse processo de aliançamento e do que estamos aqui denominando *dispositivo grupal* (BARROS, 1997). Pois os agenciamentos e intervenções foram feitos de modo coletivo para criar um ambiente onde todas e todos pudessem existir e expressar suas opiniões e afetos. O que significou, em alguns momentos, tensionamento acerca do papel da instituição no fortalecimento de tais grupos, principalmente em relação aos desacordos que tal aproximação fez emergir, notadamente aqueles que diziam respeito às demandas por questões específicas de cada um deles, ou suas frentes de lutas com outras organizações. De modo que pudemos notar algumas recusas de participar de atividades propostas, alguns conflitos entre mães de grupos distintos, entre outros distanciamentos. Havia reclamações sobre a falta de “tomada de partido” nas discussões, momento em que acionamos nossa estratégia, enquanto equipe, de escutar a demanda apresentada, sugerir um atendimento individual e, ao mesmo tempo, afirmar a importância do respeito à diferença, fosse de opinião, fosse de comportamento. Isso em grande medida foi minimizando as tensões, que foram sendo contrabalançadas pelos agenciamentos produzidos pelo encontro de ambos os grupos em suas mobilizações na cidade com outros grupos, em especial o compartilhamento das frentes de ação do Fórum.

Nesse sentido, o grupo funcionou como um dispositivo, na medida em que criou um espaço para o apoio mútuo e o aliançamento, tanto entre essas mulheres-mães quanto entre elas e a equipe do CEDECA, através da articulação e facilitação das reuniões dos grupos de mães (BUTLER, 2018; KOLKER, 2018). O fortalecimento do dispositivo grupal e a potencialização das ações em direção à construção de redes de acolhimento caracterizaram boa parte das intervenções feitas nesse âmbito. A demanda da construção de uma Rede de Mães e Familiares no Estado, em constante articulação e tensionamento com outros grupos fora dele, foi o modo como elas pensaram incidir na problemática da violência urbana e desigualdades sociais, notadamente através da potencialização das respostas coletivas ante os distintos sofrimentos individuais. Pois se, no processo de subjetivação, cada uma tinha a forma de expressar e vivenciar tanto seu luto quanto construir sua concepção de luta, como vários dissensos explicitaram, no plano da incidência micropolítica elas perceberam a potência do coletivo no enfrentamento, luta e resistência acerca dos direitos e vidas da juventude cearense.

Foi esse estar junto, ou mais especificamente o processo de construir um comum, que possibilitou a abertura para que também fosse feita a proposta de construção de um momento de (auto)cuidado, com atividades de relaxamento e integração do grupo. Nesta atividade, ocorrida em setembro, a aposta no dispositivo grupal foi evidente: a ideia era propor uma dinâmica que articulasse as relações de cada uma dentro de seu grupo e em relação ao outro, fora do atendimento individual; e, ao mesmo tempo, abrir espaço para que os desacordos pudessem ser expressados fora do ambiente de luta e de sua incidência. A ferramenta escolhida foi a produção de um boneco. Dispusemos papéis no chão, na roda de conversa depois do lanche, e sugerimos apenas que elas deveriam usar a criatividade para deixar um boneco em pé, podendo usar outros materiais disponíveis no local do encontro, dentro de 15 minutos. Dessa experimentação resultou um único boneco, construído de modo que todas deram um pouco de si, entre uma e outra negociação e diálogos sobre o modo de fazer, risadas e muita animação que compuseram esse exercício. Ao contrário das discordâncias provenientes do embate de ideias e comportamentos, junto com o boneco uma rede de afetos e potências de luta foi explicitada ali na conversa sobre a dinâmica, quando essas mulheres-mães, na nomeação do boneco como o Estado que as silencia, exclui e violenta, expressaram a compreensão de que, juntas, podem construir novos modos de existência. Através dessa atividade de produção coletiva e artística, cheia de afeto(ações), foi possível perceber que o grupo produz modos de singularização e agencia linhas de fuga que entrelaçam de modo específico, a cada momento e situação, sujeitos, grupos e instituições. Como coletividade aliançada, ele tece significados através de ações corporificadas e plurais que vão além do dito (BUTLER, 2018).

Outra atividade proposta dentro do processo de finalização de um Curso de Formação, ocorrido em novembro, com o grupo Vozes, foi a construção de uma linha do tempo em grupo, acompanhando o processo iniciado na construção do V Encontro. Intitulada “Partilhando memórias, histórias, afetos e resistências”, a ação estava dentro da necessidade sentida pelo grupo de fazer um resgate de seu surgimento e das reconfigurações que tomou, já que muitas mães viram seus filhos migrarem do socioeducativo para o prisional, sem a devida partilha dos novos desafios. A ideia era criar um ambiente no qual as novas mães que se aproximavam do grupo pudessem acompanhar as ações feitas e os caminhos trilhados, podendo identificar seu momento de entrada. À parte alguns dissensos sobre o nome do grupo englobar o prisional, essa e as

demais reuniões de final de ano resultaram na demanda de pensar ações de incidência e de troca de afetos enquanto formas de resistir às políticas de morte estabelecidas e às ausências de políticas públicas no Estado, como uma das mães ressaltou, produzindo “uma terceira via” que não “a cadeia e o cemitério” (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

A dinâmica consistiu: na leitura de três notícias de rebeliões de 2015, 2016 e 2017, tendo em vista que elas estruturaram e marcaram o início efetivo da resistência desse grupo de mães; na organização de uma mandala no centro da mesa com materiais sobre o grupo em suas diferentes fases para que elas pudessem ser organizadas cronologicamente por todas elas; e, por fim, em um momento de partilha em grupo, na qual foi sugerido que cada uma delas trouxessem fotografias e escritos, ou outros elementos, que as fizessem lembrar de sua trajetória no grupo ou de algum fato marcante. Novamente, ao invés de se ressaltarem as discordâncias, o que vimos foi a partilha de histórias e memórias sobre o estar em grupo, sobre o estar na luta. Ademais, essa atividade marcou também o início da reflexão sobre “Quem somos, o que fazemos e o que queremos” do grupo, como ressaltou uma delas, sugerindo, ainda, uma nova história de parcerias — com projetos sociais que “eu queria para meu filho” — e atividades de fortalecimento do grupo, tal como o “Café das Fortes”¹¹, cuja ideia é que elas circulem pela cidade de Fortaleza, nos bairros onde moram, para conhecer a realidade das outras mães e os projetos e equipamentos disponíveis nos territórios, bem como divulgar seus panfletos e materiais informativos sobre o grupo e as políticas públicas cearenses (DIÁRIO DE CAMPO, 2019). O próprio “lugar” do CEDECA nessa trajetória foi alvo de reflexão, bem como a autonomia que o grupo planeja com relação não só a este Centro, mas também quanto a outras organizações.

Em grande medida, inclusive, essa preocupação de construírem elas mesmas suas próprias histórias e as de seus grupos e filhos, registrando ações, coletando materiais dispersos, organizando as participações e os parceiros que estiveram em suas trajetórias, foi disparada por todas as atividades que desenvolveram ao longo de 2019. Tanto as que relatamos acima, já que em cada um dos projetos e na própria carta-convite elas tiveram que narrar a trajetória e histórias do grupo, quanto pelas frentes que atuaram puxadas pelo Fórum.

Exposição Nomes, Marcha da Periferia e Pré-Conferências de Segurança Pública: dispositivos de escuta e de mobilização social e política

Ocorridas no segundo semestre, essas ações fizeram parte das ações do Fórum Popular de Segurança Pública. Sobre ele, uma delas destacou sua importância ao apontar, no início da formação do grupo Mães do Curió, o agenciamento de uma grande rede de solidariedade que as ajudou: “dessa grande rede de solidariedade [foi] que surgiu o Fórum Popular de Segurança Pública” (DIÁRIO DE CAMPO, 2019). Já para as mães do Vozes significava um lugar para colocar demandas e tecer frentes de luta, pois “Não se trata [apenas] de apresentar dados”, mas de refletir “sobre”, uma vez que “sentimos na pele” a privação de liberdade dos jovens e o racismo (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

A exposição Nomes foi um projeto de curadoria coletiva, composto por mães dos dois grupos mencionados, artistas e pesquisadores do Curió, professores da Vila das Artes e teve a participação do CEDECA, do Fórum, do Comitê Cearense Pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA), da Casa Avoa, entre outros. Ela venceu o edital das Artes da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, com apoio da Vila das Artes da Prefeitura Municipal de Fortaleza, ao propor recompor as vidas das vítimas da Chacina do Curió a partir de documentações, elaborações artísticas em forma de performances de si e gravações com as mães de vítimas desta violência que extermina a juventude. No processo de produção, foi ganhando outra dimensão — e todos os agenciadores decidiram ampliar a discussão sobre homicídios no Estado para a violência estrutural que também ceifou vidas nos centros socioeducativos. Ao mesmo tempo, o mote era a arte enquanto potência na sensibilização da sociedade civil para a violência institucional do Estado, bem como da persistência das lutas das mães e os múltiplos movimentos de afirmação da vida e de outra história sobre o bairro¹².

As gravações foram separadas em duas etapas: um momento inicial, somente com um gravador para ouvir as narrativas dessas mulheres, e outro com equipamentos de som e de filmagem, ocorridas nos locais escolhidos por elas para representar a vida e os sonhos de seus filhos. Acompanhamos as duas etapas de gravações, que se deram em bairros periféricos da capital e da região metropolitana (Curió, Jangurussu, Monte Castelo, São Cristóvão, Maracanaú), sendo que na segunda houve algumas desistências — ao cabo, tivemos seis mães no produto final, com um vídeo de 15 minutos projetado em telas brancas no primeiro andar da exposição, onde elas contavam um pouco de suas histórias com os filhos, momentos marcantes, sonhos e projetos interrompidos pela Chacina.

A escuta de suas histórias funcionou como dispositivo na medida em que abriu espaços de elaboração e produção política de subjetividades e memórias sobre suas

trajetórias e a de seus filhos — uma contraprodução marcada pelo viés de resistência ao apagamento e silenciamento, macropolítica e historicamente construídos sobre pessoas pobres, pretas e/ou periféricas. Todas elas, ao longo desse processo, tinham não só lugares, memórias e histórias singulares para compor suas narrativas e escolhas, mas também compartilhavam o sentimento de impunidade e a luta por memória, justiça e reparação. Uma delas mostrou a homenagem feita pelos amigos nas escadarias de uma pista de skate que fica ao lado de um dos CUCAs¹³; outra, a paixão do filho por cavalos, cachorros e outros animais... Esta fala da dor imensa, ainda em processo de elaboração do luto, a primeira ressalta com maior firmeza sua luta e o fato de que “a gente não enterrou só os nossos filhos, enterrou também os sonhos dos nossos filhos” (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

Assim, fragmentos de memória foram sendo apresentados em entrevistas que duraram entre uma e duas horas, mas que davam conta de uma dimensão que escapava ao espaço-tempo de sua narrativa. Elas evidenciaram, tal como sugere o título da exposição, que todas as vítimas tinham nome, trajetórias, histórias e familiares que lutavam para o reconhecimento público disso, ao invés de serem estereotipados como ‘criminosos’, logo ‘vidas matáveis’. Embargos da voz, lágrimas, olhares para o vazio, a atenção e tensão da equipe de gravação durante cada segundo de fala, a força e a luta presentes na trajetória dessas mães e avós foram pontos em comum. O que foi feito não sem elaborações, já que lembrar é um ato de afirmar o ocorrido de modo singular, como algumas entrevistadas, sugerindo a retirada de trechos, a recusa de compor etc.

O acompanhamento das gravações e a disponibilidade de uma escuta atenta foi necessária não só para dar suporte nesse processo de relembrar fatos e memórias que lhes causam sofrimentos, já que muitas delas disseram que “sempre que lembrar, vai doer”, “dá um nó na garganta”, “só eu sei a dor que senti naquele dia”, mas também para afirmar a potência e força de cada uma delas no enfrentamento às violências e na resistência às lógicas necropolíticas de produção de silêncio e apagamento, que tiraram não só a vida dos jovens, mas também tentaram apagar seus nomes, rostos e histórias (DIÁRIO DE CAMPO, 2019). A potência dessa experiência foi ver as histórias umas das outras, narradas em primeira pessoa. Como uma delas salientou: “Eu tava conversando com a [outra mãe que gravou], o que falta em uma, tem em outra”, além de lamentar não ter podido gravar, mas mesmo assim fazer questão de ir junto com as outras assistir ao produto das filmagens. Uma outra ressaltou: “junto com as mães do Curió, estamos lutando por justiça, a dor dela não é maior do que a minha (...). Nós não somos iguais,

mas a gente vai se completando (...). E a gente tá conquistando junto que é a justiça”, salientando: “Nós já conquistamos a primeira etapa, porque ninguém sabe quando eles vão a júri popular, mas eles vão pro júri [referindo-se ao processo movido contra os policiais agressores]”, ao que outra completa: “três degraus: um quando eles foram acusados, um quando eles foram presos e agora o terceiro que é o júri” (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

Deste modo, a experiência de acompanhamento dessas gravações para essa exposição fez funcionar o dispositivo de escuta que, ao articular clínica e política, mobilizou cada uma delas para a elaboração de suas experiências e da cidade, problematizando não só as mortes ocorridas, mas a potência de vida. Isto porque tal acompanhamento não significou o distanciamento entre nós e elas: na verdade, foi além das gravações, quando propusemos duas atividades: a primeira foi uma reunião para que pudessemos compartilhar nossas impressões e dar o *feedback* não só da gravação¹⁴, mas dos atos de narrar e rememorar em si mesmos; a segunda foi a visita prévia e preparatória à exposição, para que elas pudessem ter um momento com a narrativa feita na montagem, antes da inauguração. Em todos os casos, os olhares, os toques, os entrelaçamentos de palavras, sentidos e ações também constituíram esse dispositivo. Inclusive fizemos questão de dizer a elas do efeito de suas falas na equipe de gravação e nas pessoas que estiveram presentes: alguns ligaram para suas mães tão logo terminava a filmagem, os choros na volta, a indignação e a admiração por cada história.

A Marcha da Periferia¹⁵ foi outro momento em que elas pautaram suas demandas: “os 4 anos da Chacina do Curió” e “a pauta do internamento e do aprisionamento”, já que “os meninos estão migrando” de um para outro (DIÁRIO DE CAMPO, 2019). Participando das reuniões coletivas e propondo intervenções e falas que elas mesmas poderiam ajudar a compor como a parte “artístico-cultural” do ato, representantes dos grupos de mães estiveram frequentemente presentes nas reuniões. Com sete anos desse ato coletivo, muitos outros participantes chamaram a atenção para o fato de que a pauta ainda era “o extermínio da juventude e o racismo”. A Marcha teve como mote “Vidas negras importam? Nossos mortos têm voz! Periferia resiste!” e direcionou a crítica ao poder público por suas omissões, falhas e ausências na resolução destas questões (DIÁRIO DE CAMPO, 2019):

“Nós, movimentos, organizações e coletivos populares de Fortaleza saímos nesta sexta-feira (08/11) às ruas pela vida das juventudes na periferia. Denunciamos, entre outros pontos, as políticas de extermínio e o encarceramento da população pobre, negra e

periférica. Repudiamos a política de segurança pública do governador Camilo Santana, do prefeito Roberto Cláudio, materializada nas chamadas “torres de segurança”, o pacote anticrime de Sergio Moro, o desgoverno fascista de Bolsonaro e o racismo institucional que fundamenta toda a exploração do povo pobre e negro.

Nenhum minuto de silêncio pelo assassinato dos nossos. Não há tempo para o lamento dolorido por tantos Juans e Ágathas, tombados pela arma da polícia. Queremos educação e direitos humanos — e não quartéis, que querem implantar também em nossas escolas. Chega de guerra às drogas e militarização para extermínio e encarceramento do nosso povo!

Numa cidade marcada pelas chacinas (Pantanal, Curió), nossa luta será sempre por memória e justiça, contra o extermínio das juventudes. Quantos e quantas mais vão precisar morrer para que essa guerra aos pobres acabe? [...]

Acreditamos que só a luta coletiva pode vencer as profundas estruturas do racismo, do patriarcado e da LGBTfobia. Assusta-nos, nesse sentido, o aumento dos crimes de ódio contra a população LGBTQI+ e mulheres. O sistema prisional, por sua parte, arrasta vidas negras para dentro de suas amarras, legitimadas pelo Estado onipresente, cerceador e genocida” (Material acessado no campo).

Além de, de algum modo, resumir e explicitar o que foi dito até aqui, esse documento coletivo aponta para a importância da luta não só dos dois grupos que acompanhamos no estágio, mas sim da potência da construção de territórios comuns de existência, tanto nas práticas de percorrer a cidade quanto nos discursos que desmentem a falácia de que ‘bandidos têm que morrer’. Eles também apontam para outra direção que é a das proposições de solução para os problemas, tais como “a falta de políticas de apoio aos egressos”, reivindicações de equipamentos culturais enquanto “forma de reparação histórica por tantos jovens negros e pobres encarcerados”, entre outros, “Temos direito também à cultura, ao lazer gratuito e livre em praças, praias e espaços públicos” dos bairros de periferias, cotidianamente ameaçados por ações policiais, e “Queremos enveredar por caminhos que possibilitem o direito pleno à vida, ao bem viver, que nunca chegou às nossas ‘quebradas’” (DIÁRIO DE CAMPO, 2019). Ao mesmo tempo em que evidenciavam seus processos de singularização ao narrar suas histórias, elas o faziam no coletivo e considerando as ressonâncias que teriam, fosse para quem visse à exposição, fosse para quem presenciasse a Marcha.

As Pré-Conferências de Segurança Pública¹⁶ que ocorreram no Ceará foram, assim como a atividade anterior, um espaço em que os dois grupos apontaram questões e discutiram alternativas de políticas de segurança que não o modelo vigente que extermina e encarcera seus filhos — de maneira que se reuniram a outros membros da sociedade civil para discutir “prevenção social”, um dos tópicos de discussão propostos pelo Fórum, em uma das fases do processo. Este salienta no documento-base que “Prevenção significa, em termos práticos, apostar em estratégias que atuem sobre fatores de risco e proteção da violência bem antes que ela ocorra, e, dessa forma, evitar que o crime aconteça” (DIÁRIO

DE CAMPO, 2019). Assim, vimo-las tratar da “quantidade de creche-escola nos bairros e territórios próximos [à casa das pessoas que moram em periferias]”, da falta estrutural de “acessibilidade e acesso à educação” na cidade, propondo entre outras coisas, que “crianças e adolescentes” sejam prioridades concretas “das políticas públicas do Estado, principalmente nos campos da educação, saúde, lazer, esporte e acessibilidade”, e que estas estejam interligadas e integradas nos territórios (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

Sobre a questão das políticas de segurança, ressaltaram a necessidade da “Desmilitarização da polícia” e de que os “planos estratégicos de Segurança Pública voltados para a comunidade” estivessem de acordo com “os direitos humanos, tanto nas periferias, como nos espaços institucionais, principalmente os de privação de liberdade”, o que significava, para algumas, a “Desconstrução da lógica de formação violenta através de uma formação mais humanizada de polícia e guardas em geral, com responsabilização dos abusos de poder e violações” (DIÁRIO DE CAMPO, 2019). Isso, sem contar que, no debate, foi considerado também que tal política atende a uma lógica de poder que quer exterminar e invisibilizar suas vidas e dores, bem como a vida/morte e direitos de seus filhos. Lógica necropolítica contra a qual explicitamente se posicionavam.

Essas duas últimas atividades podem ser inseridas didaticamente no que denominamos aqui *dispositivo de mobilização social e política*, que é de articulação de coletivos e movimentos sociais em manifestações e passeatas, tal como o Travessias no início do ano e a Marcha no final, nas proposições de modelos alternativos de políticas de segurança pública como foram as Pré-Conferências. Todas estão articuladas em um mesmo dispositivo porque resultaram em agenciamentos de entidades, coletivos e movimentos sociais e da sociedade civil, configurando um outro território de existência possível no contexto de violência letal do Estado nos territórios e nos centros socioeducativos, e as violências sexuais e de gênero. Uma aposta no aliançamento e formação de redes locais e nacionais para o enfrentamento das lógicas e estratégias punitivo-penais que incidem sobre as suas vidas e a de seus filhos, trazendo sérias implicações para seus processos de subjetivação, isto é, a aposta nos agenciamentos e linhas de fuga com incidências micropolíticas, mas capazes de abalar a macropolítica (BUTLER, 2018; WACQUANT, 2012).

Falar de dispositivos significa acompanhar a produção de espaços de elaboração e afirmação de cada um dos grupos de mães como um sujeito político e coletivo de Fortaleza, que atuou em grande medida em cada uma dessas atividades, tematizando não

só suas lutas por justiça, memória, reparação e garantia de direitos e políticas públicas eficazes, como atuando ativamente na inter(in)venção de planos de ação e mobilização, em suas atividades de incidência com outras entidades, coletivos, movimentos sociais e organizações não governamentais (MENEZES et al., 2018; KOLKER, 2018).

Considerações finais

As inter(in)venções produzidas ‘no’ e ‘do’ encontro com os grupos de mães evidenciaram três dispositivos enquanto estratégias de apoio psicossocial, especialmente no que diz respeito à articulação entre memória, subjetivação e resistência. No âmbito da defesa de direitos, além da proteção jurídica e da assistência social, a psicologia em organizações da sociedade civil pode fazer funcionar e fortalecer a atenção psicossocial ao agenciar dispositivos grupais, de escuta e de mobilização política e social, pautando a escuta nos diversos níveis de acolhimento — seja grupal ou individual, seja institucional — e olhares sobre a saúde mental que afirmam o cuidado de si e do outro como político.

Assim, esta pesquisa é um exemplo dos múltiplos agenciamentos e das linhas de fuga que podem ser cartografadas no encontro de uma psicologia social voltada para a problemática da violência urbana e desigualdades sociais, com instituições de defesa de direitos de crianças e adolescentes. O objetivo foi acompanhar as ações e articulações de dois grupos de mulheres, mães e familiares contra a violência na cidade de Fortaleza-Ceará, a partir da perspectiva da psicologia social, as quais puderam operar como dispositivos grupais, de escuta e de mobilização social e política, que ajudamos a acionar e articular, notadamente entre sujeitos, grupos e instituições. Traçados esses feitos através da agência de mulheres-mães que, em seu devir minoritário, constroem linhas de fuga das lógicas que cerceiam os direitos e vidas de seus filhos.

Referências

- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BARROS, João Paulo Pereira; NUNES, Larissa Ferreira; SOUSA, Ingrid Sampaio; CAVALCANTE, Clara Oliveira Barreto. Criminalização, extermínio e encarceramento: expressões necropolíticas no Ceará. *Psicologia Política*, 19(46), set./dez., p. 475-488, 2019a.
- BARROS, João Paulo Pereira; BENÍCIO, Luís Fernando Souza; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. Violências no Brasil: que Problemas e Desafios se Colocam à Psicologia? *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(2), p. 33-44, 2019b.
- BARROS, João Paulo Pereira; BENÍCIO, Luís Fernando Souza; COSTA, Aldemar Ferreira da; SILVA, Dagualberto Barboza da. Dispositivos de Segurança e

- Racionalidade Necrobiopolítica: narrativas de jovens negros de Fortaleza. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40(n.spe), p. 1-15, 2020.
- BARROS, Regina D. Benevides. Dispositivos em ação: o grupo. *Cadernos de Subjetividade*, São Paulo, 1(1), p. 97-106, 1997.
- BENTO, Berenice. Necrobiopoder: quem pode habitar o Estado-nação? *Cadernos Pagu*, 53: 185-305, 2018.
- BRITES, Jurema; FONSECA, Cláudia. As metamorfoses de um movimento social: Mães de vítimas de violência no Brasil. *Análise Social*, XLVIII (4), 2013.
- BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas*: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CADA VIDA IMPORTA. *Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídio na Adolescência Relatório julho-dezembro 2019*. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, 2019.
- CEDECA CEARÁ. *Nota técnica especial: Monitoramento da Política de Segurança Pública do Ceará: de qual segurança pública precisamos? Análise do Orçamento destinado à Política de Segurança Pública no Estado do Ceará e no Município de Fortaleza*, Fortaleza: Expressão Gráfica, 2019. Disponível em: <http://cedecaceara.org.br/site/wp-content/uploads/2019/06/Nota-Tecnica-Seguranca-Publica.pdf>. Acesso em: 19 out. 2020.
- CORRÊA, Sandra Lourenço. Esquizoanálise: clínica e subjetividade. *Averso do Averso*, 4(4), nov., p. 33-51, 2006.
- CUNHA, Roberta Gracyelle de Lima Ferreira; MENEZES, Jaileila de Araújo. Estado da arte sobre o Sistema Socioeducativo brasileiro em teses e dissertações da psicologia. *Revista de Psicologia*, Fortaleza 10(2), p. 159-167, 2019.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Micropolítica e Segmentaridade. Em: *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* 2. vol. 3. 2ª ed. Trad. Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 2012.
- DIÁRIO DE CAMPO. Grupos de mães contra o terrorismo do Estado. Fortaleza, 2019.
- FARIAS, Juliana; LAGO, Natália; EFREM FILHO, Roberto. Apresentação Dossiê Mães e processos de Estado. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Rev. Latinoamericana*, 36, dez., p. 139-145, 2020.
- KOLKER, Tânia. A atenção psicossocial a afetados pela violência de Estado – subsídios e contribuições para a construção de uma política pública. Em: FRANÇOZO, O. M. [org.]. *Clínica Política: a experiência no Centro de Estudos em Reparação Psíquica lá em Acari*. Rio de Janeiro: ISER, 2018.
- LEITE, Ingrid Lorena da Silva. “É meu direito de mãe”: narrativas de mulheres integrantes do grupo de mães do sistema socioeducativo de Fortaleza. Dissertação (mestrado acadêmico). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios*, dez., 32: 123-151, 2016.
- MENEZES, Jaileila Araújo; COLAÇO, Veriana de Fátima Rodrigues; ADRIÃO, Karla Galvão. Implicações políticas na pesquisa-intervenção com jovens. *Revista de Psicologia*, Fortaleza, 9(1), p. 8-17, 2018.

- MOTTA, Ida Cristina Rebello. O Movimento de Mães do DEGASE – luta e dor. *O Social em Questão*, jan./abr., XXII(43), 2019.
- MOVIMENTO MÃES DE MAIO. *Mães de Maio: do luto à luta*. São Paulo: Giramundo Artes Gráficas, 2011.
- PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. Apresentação. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- RAUTER, C. Notas sobre o tratamento das pessoas atingidas pela violência institucionalizada. *Psicologia em Estudo*, Maringá, 6(3), jul./dez., p. 3-10, 2001.
- RECH, Hildemar Luiz. Considerações sobre o Estado de Exceção, o Homo Sacer e a Biopolítica em Giorgio Agamben. Em: GADELHA, Sylvio; PULINO, Lúcia. *Biopolítica, Escola e Resistência: infâncias para a formação de professoras*. Vol. 1. Brasília: Editora Alínea, 2012.
- RODRIGUES, Hosana Suelen Justino; SÁ, Leonardo Damasceno de. Coração de mãe é terra que ninguém anda: um estudo das redes, “tramas” e conflitos de mães em luto nas favelas à beira-mar. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, abril, 14(40), 2015.
- RODRIGUES, Jéssica Silva. *Testemunhas da Necropolítica: implicações psicossociais dos homicídios juvenis no cotidiano de suas mães*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.
- RODRIGUES, Jéssica Silva; BARROS, João Paulo Pereira. Familiares de Jovens Assassinados: uma revisão sistemática de literatura. *Revista de Psicologia*, Fortaleza, 10(2), p. 177-186, 2019.
- REDE DE OBSERVATÓRIOS. *Retratos da Violência: cinco meses de monitoramento, análise e descobertas*. CESEC, 2019.
- SANTIAGO, Vinicius. A maternidade como resistência à violência de Estado. *Cadernos Pagu*, 55, p. 1-41, 2019.
- TEDESCO, Silvia Helena; SADE, Christian; CALIMAN, Luciana Vieira. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. *Fractal, Rev. Psicol.*, 25(2), maio/ago., p. 299-322, 2013.
- WACQUANT, Loic. Forjando o estado neoliberal: trabalho social, regime prisional e insegurança social. Em: BATISTA, Vera Malaguti (org.). *Loic Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal*. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

Patrícia Marciano de Assis
Universidade Federal do Ceará
E-mail: patriciamarciano@alu.ufc.br

João Paulo Pereira Barros
Universidade Federal do Ceará

¹ A noção de necropolítica, cunhada pelo camaronês Achille Mbembe (2016), diz respeito à tecnologia de produção e gestão da morte no mundo contemporâneo, que foi posteriormente discutida por Bento (2018) por meio do conceito de necrobiopoder, de modo a evidenciar a indissociabilidade entre necropoder e biopoder - conceito foucaultiano trabalhado pelo primeiro autor. Com a articulação de ambas as discussões é possível problematizar as racionalidades que incidem na produção de inimigos ficcionais, a partir dos processos de racialização de certas existências tornadas supérfluas, e a distribuição diferencial do reconhecimento da humanidade e do direito à vida, que produz as “vidas vivíveis” e as “vidas matáveis” (BARROS, 2020).

² Todas as informações utilizadas sobre este Centro de Defesa tiveram como base a documentação institucional a que tivemos acesso e pode ser encontrada em seu site: <http://cedecaceara.org.br/site/>.

³ A exposição Nomes foi um projeto apoiado pelo Edital das Artes da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará e pela Vila das Artes da Prefeitura Municipal de Fortaleza (<http://cedecaceara.org.br/site/index.php/2019/10/02/exposicao-nomes-busca-enfrentar-uma-ferida-na-historia-de-fortaleza/>).

⁴ Moradores das periferias e outros movimentos da sociedade civil realizam marchas para fazer denúncias e exercer pressão por políticas públicas (<http://cedecaceara.org.br/site/index.php/tag/exterminio/>).

⁵ Várias pré-conferências foram feitas em diferentes localidades do Estado, com o intuito de discutir a segurança pública (<https://mais.opovo.com.br/jornal/cidades/2019/-/28/conferencias-de-comunidades-formulam-propostas-de-seguranca-publica-a-governadores.html>).

⁶ Criado em novembro de 2017, em grande parte motivado pela falta de resposta por parte do Poder Público acerca da Chacina do Curió, este fórum fomentou várias ações para debater segurança e contra a violência do Estado do Ceará (Cf. Primeiro Relatório da Rede de Observatórios, 2019).

⁷ Acompanhamos todos os preparativos para o primeiro dos encontros realizados por diferentes grupos de mães em vários Estados brasileiros que, pensado para ocorrer no Ceará em 2020, por conta da pandemia do COVID-10, foi adiado para 2021 (Cf. 5encontronacional.wixsite.com).

⁸ Entendido aqui conforme distinção feita por Almeida (2019) entre as concepções individual, institucional e estrutural, ao propor o caráter relacional do conceito de raça e a perspectiva do racismo como um processo político e histórico mais amplo, em termos de estrutura, que cria as condições sociais para que grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática.

⁹ Projeto de extensão do Vieses que acompanha as mobilizações tanto do Fórum Popular de Segurança Pública quanto do Movimento Cada Vida Importa (MCVI), ligado à pesquisa guarda-chuva intitulada “Juventude e Violência Urbana: cartografia de processos de subjetivação na cidade de Fortaleza-CE”.

¹⁰ Terrorismo de Estado entendido pelos grupos de mulheres e mães enquanto uma política estatal de extermínio contra a população negra, pobre e periférica, tanto quanto contra os considerados inimigos políticos, com largo uso da violência de forças policiais (DIÁRIO DE CAMPO, 2019), tal como é o exemplo cearense, cujas vítimas letais da ação policial crescem anualmente.

¹¹ Iniciativa inspirada no Movimento Moleque do Rio de Janeiro, puxado por Mônica Cunha, uma das mães e fundadora do Movimento.

¹² Em si mesma, ela explicita a potência da arte para a resistência cotidiana ao disparar reflexões, choros e incômodos em sua montagem, como pudemos constatar nas visitas guiadas que presenciamos, com os grupos de mães. Inaugurada no dia 5 de outubro, no primeiro andar contava com uma sala inicial onde o público tinha acesso a fotografias de família de parte dos onze jovens assassinados na Chacina do Curió; seguida de uma outra em que as mães davam seus depoimentos acerca da vida e da morte de seus filhos, além de sons e conversas sobre essa história. Ocupando dois andares, no segundo o público tinha acesso a artistas pretos e periféricos do Curió, trazendo suas histórias e vidas, bem como a do bairro estigmatizado pela violência, através de “performances de si”; e a duas salas com fotografias e trechos de uma pesquisa sobre o processo histórico de construção do bairro e dados da violência do Estado.

¹³ É como são chamados os equipamentos municipais mantidos pela prefeitura de Fortaleza, por meio da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas da Juventude (CEPPJ), denominados Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (Cuca), os quais funcionam como uma rede de proteção social e

oportunidade voltada prioritariamente para jovens de 15 a 29 anos, bem como para a promoção e garantia de direitos humanos.

¹⁴ Propusemos frases para puxar a discussão com a participação de todas: “eu gostei muito quando/de”, “eu não vou esquecer”, “acho que poderia ter sido melhor”, “eu mudaria a forma como... foi feito”, “eu espero que na próxima oportunidade não falte...”, “Antes/durante/depois da gravação eu me senti”. Chamamos a atenção para o fato de que a exposição tinha montagem e narrativa próprias; logo, que elas estivessem atentas ao modo como tudo estava feito e que outra história se poderia construir/contar. Este foi um exercício preparatório para a construção do Museu da Pessoa, uma proposta delas e feita por elas para narrar a vida e história delas e de seus filhos, com apoio do Fórum e fazendo uso deste material.

¹⁵ O itinerário iniciou na Praça Cristo Redentor, próximo ao Dragão do Mar, e seguiu com paradas e intervenções artístico-culturais até a estátua de Iracema, na praia. Todo o percurso foi pensado coletivamente para reconstruir outra narrativa acerca do encontro entre o periférico e o central.

¹⁶ Representantes dos dois grupos participaram da I Conferência Popular de Segurança Pública do Nordeste, ocorrida em Recife, entre 7 e 8 de dezembro de 2019. Ela contou com representantes de oito estados do Nordeste para discutir pontos em comum e singularidades na produção de outro modelo de segurança pública e, juntos, articularem um documento para organizar tais demandas.